

19

2 0 1 9

**Revista
de História
da Sociedade
e da
Cultura**

CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE E DA CULTURA

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

O sertão e os sertões na história luso-brasileira

The Brazilian hinterlands in the Luso-Brazilian History

RONALDO VAINFAS

Professor Titular de História moderna da Universidade Federal Fluminense (retired)
e Professor Visitante da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
rvainfas@terra.com.br

Texto recebido em / Text submitted on: 25/11/2018

Texto aprovado em / Text approved on: 09/06/2019

Resumo. Este artigo analisa o conceito de *sertão* na cultura brasileira, particularmente no período colonial. Compara o modelo de sertão formulado pela intelectualidade brasileira baseado na obra de Euclides da Cunha, com o modelo plural de sertões presente na obra de Capistrano de Abreu, entre fins do século XIX e inícios do XX. Examina as ideias de sertão formuladas pelos agentes históricos no processo de expansão territorial no Brasil entre os séculos XVI e XVIII. Questiona a ideia de sertão colonial enquanto terra vazia e assustadora, inventariando os aspectos atrativos da conquista dos sertões para os colonizadores portugueses, especialmente a busca de ouro, prata e pedras preciosas, bem como a escravização dos índios. Relaciona os sertões coloniais ao conceito de *fronteira*, tal como formulado por Sérgio Buarque de Holanda, e ao conceito de *periferia*, seguindo o modelo de Russel Wood.

Palavras-chave. Modelo clássico de Sertão no Brasil – Sertões coloniais - Expansão territorial no Brasil – Fronteira – Periferias do império português.

Abstract. This article analyzes the concept of *hinterland* in Brazilian culture, particularly in the colonial period. It compares the hinterland model formulated by the Brazilian intelligentsia, based on the work of Euclides da Cunha, with the plural model of hinterlands present in the work of Capistrano de Abreu, between ends of century XIX and beginning of the XX. It examines the ideas of hinterland formulated by the historical agents in the process of the Portuguese territorial expansion in Brazil among the XVI and the XVIII centuries. It questions the idea of colonial hinterlands as an empty and frightening land, commenting the attractive aspects of the conquest of the hinterlands for the Portuguese settlers, especially the search for gold, silver and precious stones, as well as the enslavement of the Indians. It relates the colonial wilderness to the *frontier* concept, as formulated by Sérgio Buarque de Holanda, and to the concept of *periphery*, following the model of Russell Wood.

Keywords. Classic Hinterland model in Brazil – Colonial Hinterlands - Territorial Expansion in Brazil – Frontier – Portuguese Empire's peripheries.

O tema deste artigo remete às relações entre memória e história, entre história e geografia, entre historiografia e literatura; entre ficção e realidade. Reúno, aqui, algumas reflexões que podem ser úteis para pensar

nos *vários Brasis*, e não apenas nos “dois Brasis” que Jacques Lambert, nos idos de 1960, afirmou existirem no mesmo país, o pobre e o rico (Lambert 1962). Podem ser úteis, ainda, para refletir sobre as relações entre Portugal e o Brasil, não apenas na chave metrópole *versus* colônia, senão no espaço mais amplo do império marítimo português, conforme o conceito de Charles Boxer inclusivamente a Índia e demais conquistas lusitanas no Oriente, bem como na África costeira pelo Atlântico ou pelo Índico (Boxer 1969). As reflexões que ora apresento podem contribuir, enfim, para o enquadramento do mundo luso-brasileiro na estrutura dos impérios marítimos e coloniais da Época Moderna, de que Portugal foi modelo, fixando pontos de contacto, áreas de produção e de comércio, em suma, uma “colonização feitorial”, nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda (Holanda 1976: 31-36).

Sertão: modelo tradicional

Nosso assunto, porém, é o *sertão*, na língua portuguesa, ou os *sertões* – e faz grande diferença o uso do singular ou do plural. Começemos com Euclides da Cunha, autor de um livro clássico *Os sertões*, publicado no limiar do século XX. Os *sertões* de Euclides, apesar do título, não são vários, senão um conceito abstrato de *sertão*, baseado em parte nas suas anotações de viagem para Monte Santo, no interior baiano, na expedição que destruiu o arraial de Canudos, em 1897. O *sertão* de Euclides, como se sabe, é uma terra dessolada de clima árido; da caatinga; do juazeiro. O *sertão* é um deserto pontilhado por vilas paupérrimas dispersas na paisagem. A imensa maioria da população formada por variados mestiços de índios e negros: cafuzos, mulatos, cabras. Jagunços ou vaqueiros a serviço de potentados rurais, criadores de gado, que Euclides contrasta com os gaúchos. Euclides caracterizou os últimos como intrépidos na montaria, fortes como touros, formados na terra exuberante do sul. Os sertanejos, segundo o autor, mal sabiam encilhar o cavalo, quanto mais montá-los com destreza. Mais humildes que os arrogantes gaúchos – o que Euclides considera uma qualidade – pois conheciam como poucos a dureza de um cotidiano sofrido. Homens fortes, endurecidos pela hostilidade do meio. Mas também vocacionados a um servilismo quase absoluto (Cunha 1987).

Euclides escreveu o que viu, mas o fez a partir de um modelo de *sertão* vulgarizado desde o último quartel do século XIX. O *sertão* tremendamente árido, em parte inspirado pela trágica seca de 1877, em parte pelo mal-estar

das elites nordestinas com a decadência de sua região, berço do Brasil nos séculos coloniais. O sertão hostil e miserável que levaria à fundação da Inspetoria de Obras contra as Secas, em 1909, órgão federal reivindicado pelos políticos “nortistas” do país. Euclides era natural do Rio de Janeiro, mas se afinava, neste ponto, com o pensamento das elites nortistas. Foi mesmo um dos fundadores deste modelo do sertão, no campo sociológico e literário, que seria adensado e adornado por grandes escritores brasileiros do Nordeste.

Entre outros, *O Quinze*, de Raquel de Queiróz, publicado em 1932, cujo enredo é protagonizado por uma família de Quixadá flagelada pela seca. Um drama referido a uma seca histórica no início do século XX, ocorrida no ano que dá título ao livro (Queiróz 1982). *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, é outro monumento da literatura brasileira, publicado em 1938, ambientando no sertão nordestino, com foco na miséria dos refugiados da seca (Ramos 2003). Inspirou Portinari no famoso quadro *Retirantes*, obra de 1944.



Fig.1. Candido Portinari, *Retirantes*, óleo sobre tela, 1944. Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand.

Raquel, cearense; Graciliano, alagoano, ambos intelectuais da esquerda brasileira nos anos 1930, militantes do Partido Comunista. Portinari, aliás, também o era. Mas, nesta altura, este modelo de sertão, urdido no seio das elites nordestinas, estava consagrado na cultura literária e mesmo na cultura política brasileira. Não é de surpreender que o mineiro Guimarães Rosa tenha publicado o romance *Grande Sertão Veredas*, em 1956, para muitos a obra magna sobre o sertão na literatura

brasileira. Mas não deixa de ser surpreendente o fato de que esta literatura denunciadora da miséria da população nordestina, produzida com brilho por intelectuais de esquerda tenha caminhado ao encontro do pensamento das oligarquias tradicionais do Nordeste, que apostaram neste modelo de sertão

como evidência de uma região pauperizada, carente de proteção do governo brasileiro.

Para compreender a construção deste modelo de sertão, o livro-chave é o clássico de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, *A invenção do Nordeste e outras artes* (1999), ora na quinta edição e traduzido para o inglês. Tudo o que expus até aqui sobre a construção de um certo modelo de sertão na cultura literária brasileira se inspira no que Albuquerque escreveu sobre a construção de um modelo sociocultural produzido no Brasil acerca do Nordeste. Poderia mesmo dizer que o tal *modelo de sertão* se construiu em sintonia e estreita conexão com o *modelo de nordeste* oitocentista. Longe de negar o flagelo da seca e o sofrimento dos retirantes, como é óbvio, o autor considera o tema e a imagem do sertão como parte integrante da *invenção do Nordeste*, na virada do século XIX para o XX. Um *constructo* discursivo das elites nordestinas, em franca decadência, empenhadas em, por meio dele, buscar recursos para a região junto ao governo nacional.

Vale acrescentar, no entanto, que muito antes dos debates contemporâneos sobre o significado do sertão no pensamento social brasileiro, ninguém menos do que Gilberto Freyre levantou questão central, que vale citar:

“A palavra ‘nordeste’ é hoje uma palavra desfigurada pela expressão ‘obras do nordeste’ que quer dizer: ‘obras contra as secas’. E quase não sugere senão as secas...Mas este Nordeste de figuras de homens e bichos de El Greco é apenas um lado do Nordeste. O outro Nordeste. Mais velho que ele é o Nordeste de árvores gordas, de sombras profundas, de bois pachorrentos, de gente vagarosa e às vezes arredondada quase em sanchos-pança pelo mel do engenho...” (Freyre 1989: 41).

O questionamento frontal de Freyre, em livro publicado em 1945, custou muitas décadas a ser incorporado pelos historiadores. Talvez esses tenham alcançado tal questionamento por caminhos próprios, desconhecendo o que Freyre havia antes colocado, o que se explica pelas posições politicamente à direita que Freyre assumiu, quer no golpe militar brasileiro (em 1964), quer na sua adesão ao salazarismo português (desde a década de 1950, senão antes). Freyre ainda hoje é anatematizado no *establishment* acadêmico brasileiro e português, em detrimento de sua obra, malgrado a oscilação interpretativa da mesma.

O fato é que, no decurso do século XX, intelectuais, partidos e políticos de esquerda se ancoraram no modelo de um nordeste miserável, nas figuras

de El Greco ou de Portinari, tanto faz, de que o *sertão* dava prova, para lutar por uma revolução socialista no Brasil. Pela direita, o mesmo modelo foi base para crescentes reivindicações de elites regionais sobremodo arcaicas, cujas práticas políticas visavam a reproduzir hierarquias tradicionais e, decerto, angariar recursos raramente distribuídos pelas populações despossuídas e carentes. Embora frontalmente opostos, os coronéis mordestinos, de um lado, e os intelectuais de esquerda, de outro, compartilhavam a mesma imagem do *sertão* paupérrimo. Uma espécie de país da Cocanha ao inverso (Franco Jr. 1998).

Sertões históricos: Capistrano de Abreu

Este modelo de *sertão* construído a partir de fins do século XIX nada tem a ver com os “sertões” do período colonial, sob nenhum ponto de vista. Nem na geografia, nem na etnografia, nem na documentação. Nas fontes do período, seculares, eclesiásticas ou inquisitoriais de todo tipo, jamais encontrei uma referência a este “sertão imaginário”, seco e infértil, construído a partir do final do Oitocentos. Como bem sabem os estudiosos do período colonial, naquele tempo não havia “o *sertão*”, mas os “sertões”. Assim como não havia o Nordeste, mas o Norte. Capitanias do Norte, Repartição do Norte. O que hoje chamamos de Norte, abrigava o território que, separado do Estado do Brasil, sediado em Salvador, na Bahia, foi agregado no Estado do Maranhão e Grão Pará. Uma decisão da Coroa portuguesa no tempo dos Filipes, em 1621, que foi retomada pela Casa de Bragança após a Restauração de 1640. Outra lógica, portanto. A lógica da metrópole, hispânica ou lusitana em tempo de expansão territorial, para além da demarcação do Tratado de Tordesilhas (1494), cuja fronteira fora atropelada pela dinâmica histórica no tempo da União Ibérica (Vainfas 2017).

O autor que bem pode servir de guia para refletir sobre nosso tema, no período colonial, é mestre Capistrano de Abreu, autor de *Capítulos de história colonial*, original de 1907. Capistrano era natural de Maranguape, no interior do Ceará, nascido no seio de família de pequenos proprietários rurais, em 1853. Estudou no Recife, Pernambuco, transferiu-se para o Rio de Janeiro, integrou o quadro de funcionários da Biblioteca Nacional, publicou inúmeros artigos na imprensa, alcançou o posto de catedrático de História do Brasil e Corografia Brasileira no prestigioso Colégio de Pedro II, em 1883, com tese sobre o *Descobrimento do Brasil*. Tese em que sustentou terem sido os portugueses, do ponto de vista *sociológico*, os autênticos descobridores de

território brasileiro, malgrado as expedições de navegadores “estrangeiros”, como Vicente Pinzón, que apenas tocaram o litoral do futuro Brasil. Isto porque, argumenta Capistrano, tais navegadores não deixaram rastro ou marca, ao contrário dos portugueses, que o povoaram e colonizaram.

Mas Capistrano longe estava de ser lusófilo – ou deixou de sê-lo. No citado livro *Capítulos*, propôs um modelo de história do Brasil diferente, senão oposto, ao modelo construído por Francisco Adolpho de Varnhagen - este sim, lusófilo e litorâneo - no clássico *Historia Geral do Brasil*, publicado em cinco volumes entre 1854 e 1857 (Varnhagen 1981). É verdade que o modelo de Capistrano foi apenas esboçado, ficou aquém do que ele mesmo pretendia. Mas Capistrano fundou, de todo modo, um enfoque de nossa formação histórica a **partir do interior** – e não do litoral. Já na abertura do capítulo *O Sertão*, um dos mais originais da obra, Capistrano escreveu:

“A invasão flamenga constitui mero episódio da ocupação da costa. Deixa-a na sombra, a todos os respeito, o povoamento do sertão, iniciado em épocas diversas, de pontos apartados, até formar-se uma corrente interior, mais volumosa e mais fertilizante que o tênue fio litorâneo” (Abreu 1976: 98)

Capistrano exagerou ao considerar a ocupação da costa como um “tênue fio”, quase um acidente, de uma história de conflitos políticos, religiosos e comerciais europeus. Rivalidades entre a República dos Países Baixos, calvinista, e a Espanha católica dos Hasbsburgos. Disputa pela supremacia marítima e comercial na Europa e no além-mar. Guerra pelo controle da produção e comercialização do açúcar produzido no Brasil. A conquista do nordeste açucareiro pelos neerlandeses, sob a liderança dos holandeses, certamente não foi mero acidente de percurso. Mas o fato é que, nesta passagem de *Capítulos*, Capistrano expõe uma profissão de fé, enquanto historiador, para usar as palavras de Lucien Febvre, pois estava menos interessado nas motivações mercantilistas da colonização europeia do que na história da formação do território brasileiro. Do povo brasileiro.

O *sertão* é, para Capistrano, conceito-chave para o estudo da história do Brasil. Debrucei-me sobre esta hipótese em alguns textos sobre a historiografia brasileira, publicados na altura do ano 2000, quinto centenário do descobrimento comandado por Pedro Álvares Cabral, ao tempo de d. Manuel I como rei de Portugal¹. Investigações relativamente recentes têm aprofundado o sentido da obra de Capistrano na historiografia brasileira, a

1

exemplo de *O velho vaqueano* (2013), de Rebeca Gontijo - análise primorosa da correspondência de Capistrano publicada por José Honório Rodrigues.

Tratar do *sertão* colonial põe em xeque o modelo *euclidiano* que mencionei no início deste artigo. Antes de tudo porque Capistrano, embora use *sertão* no singular, concebe o conceito de *sertão* no plural e, vale dizer, não apenas na região nordestina. Os *sertões* de Capistrano estão em toda parte, ele que bem conhecia os cronistas da “terra brasílica”, a exemplo de Pero de Magalhães Gandavo, Gabriel Soares de Souza, Ambrósio Fernandes Brandão e muitos outros. Alguns foi ele mesmo, Capistrano, que os havia descoberto, entre manuscritos portugueses até então desconhecidos. Capistrano também conhecia a documentação inquisitorial produzida na primeira visitaçãodo Santo Ofício ao nordeste, entre 1591 e 1595 - riquíssima, vale sublinhar, para se conhecer, entre outros tópicos, aspectos da territorialidade brasílica no século XVI.

O texto fundamental de *Capítulos* para o tema que nos interessa tem por título “Sertão”. Título até certo ponto paradoxal. Capistrano de Abreu usa o singular para tratar de uma realidade histórica que ele demonstra ser plural, enquanto Euclides da Cunha, alguns anos antes, tinha publicado *Os Sertões*, fazendo uso do plural para expor, no entanto, uma realidade unívoca. Capistrano seguiu, portanto, na contracorrente da intelectualidade brasileira ao pensar o *sertão* em sua diversidade geográfica e histórica. O seu entendimento do que eram os *sertões* coloniais nada tem a ver com o conceito euclidiano. São florestas, matas dominadas por grupos indígenas, terras a desbravar. Para Capistrano - e farta documentação o confirma -, os *sertões* coloniais indicam áreas de expansão territorial, ora movida com apoio da Coroa, ora por iniciativa espontânea dos colonos.

O *Sertão* de Capistrano trata dos caminhos do povoamento do interior, os fluxos da ocupação, os pontos de partida e de chegada, as motivações econômicas das rotas. São as terras desbravadas pelos paulistas desde o século XVI, rumo ao Mato Grosso; rumo aos Campos Gerais, no atual Paraná; rumo à região platina também, porque os paulistas atropelaram, desde cedo, os limites do Tratado de Tordesilhas. A epopeia paulista alcançou os *sertões* das Minas Gerais, futura capitania do ouro que, por isso mesmo, deixou de ser chamada de “sertão”. Segundo Capistrano, os *sertões* são, ainda, as terras desbravadas pelos luso-baianos, alcançando o *Siará Grande*, por dentro, e as mesmas Gerais, pelo centro, do que resultaria a Guerra dos Emboabas nos primeiros anos do século XVIII. Os *sertões* em causa são, ainda, as terras desbravadas pelos luso- pernambucanos, ao norte, com a expedição de Jerônimo de Albuquerque Maranhão contra a *França Equinocial* de Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière.

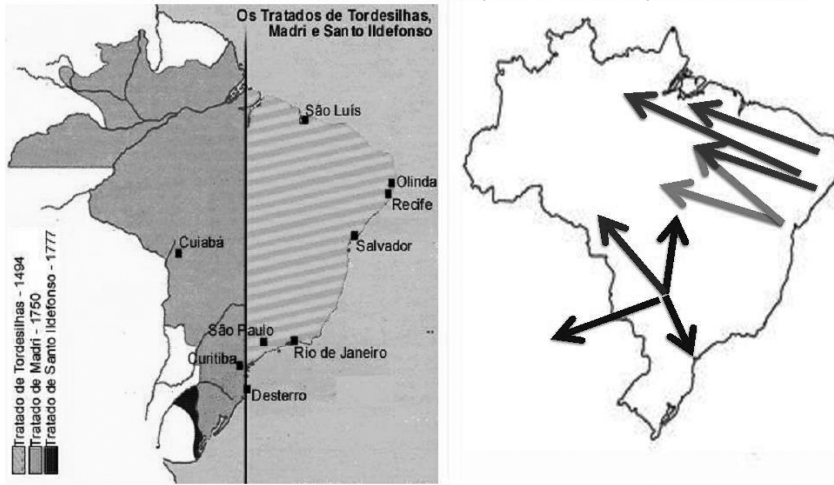


Fig. 2. Expansão para os sertões segundo Capistrano de Abreu.



Fig. 3. Os “sertões de fora” e os “sertões de dentro” segundo Capistrano de Abreu.

Vale dizer, porém, que, os sertões de Capistrano mais citados na bibliografia brasileira são os *sertões de dentro e de fora*, embora ele tenha escrito poucas linhas sobre ele:

“Se a Bahia ocupava os **sertões de dentro**, escoavam-se para Pernambuco os **sertões de fora**, começando pela Borborema e alcançando o Ceará, onde confluíam as correntes baiana e pernambucana.

A estrada que partia da ribeira do Acaraú atravessava a do Jaguaribe, procurava o alto Piranhas e por Pombal, Patos, Campina Grande, bifurcava-se o Paraíba e Capibaribe...” (Abreu 1976: 129-130).

Diversos historiadores brasileiros adotaram esta tipologia dos sertões coloniais que, quase invariavelmente, constam nos capítulos sobre a história do Brasil nos livros de ensino fundamental e médio. Uma sólida

evidência de que os sertões de Capistrano de Abreu foram recriados ou distorcidos. Apropriação incorreta dos sertões de Capistrano para adaptá-los ao modelo oposto de Euclides da Cunha. Valeria indagar, sem dúvida, a razão desta apropriação e, mais, o porquê de os “sertões de dentro e de fora” terem se transformado em uma espécie de antecedente colonial do modelo tradicional de sertão? A resposta é simples: porque tais sertões são *nordestinos* e, portanto, localizados na região que deu base à construção do sertão tradicional brasileiro enquanto modelo de inospitalidade, aridez e pobreza. Esta imagem do sertão jogou papel essencial, como demonstrou o já citado Durval Albuquerque, para a construção de um modelo mais amplo de *Nordeste* (brasileiro): pobre, flagelado pela seca e carente de recursos financeiros do governo central, fosse no tempo do Império, fosse na República. Um modelo autovitimizador, de início apoiado pelas elites decadentes da região, como tem sido até a atualidade; logo incorporado pelo pensamento da esquerda brasileira com o mesmo vigor e longevidade. Nos dois extremos do espectro político, um modelo de sertão conveniente para atrair recursos sob o pretexto de aliviar ou amenizar a miséria da população regional – os nordestinos, os sertanejos.

Sertões coloniais entre representações e práticas

Oposto ao modelo euclidiano, o modelo de Capistrano de Abreu se coaduna, perfeitamente, com a realidade geohistórica dos sertões coloniais. Coaduna-se, aliás, com o significado da palavra *sertão* na língua portuguesa da época. Bluteau, em seu *Vocabulário*, define o sertão como “uma região apartada do mar e, por todas as partes, metida entre terras” (Bluteau 1728, v7: 613). No *Dicionário* de Antônio Morais, sertão é “o interior, o coração das terras, opõe-se ao marítimo e à costa” (Morais, 1813, v2: 693).

Em livro recente, Kalina Wanderlei dá conta dos múltiplos significados que a palavra sertão adquiriu nos primeiros séculos coloniais, cada vez mais associada “à ideia de grandes vazios incultos e desabitados”: *solidões vastas e assustadoras*, para usar a expressão do capuchinho Martinho de Nantes, que nossa autora adotou como título de seu livro. Analisando diversos cronistas, a autora sugere que a palavra *sertão* deriva do antigo *desertão*, “não o deserto físico, mas o espaço onde havia um vazio de súditos da Coroa portuguesa” (Wanderley 2012: 112). No cotidiano da colonização, a palavra teria oscilado entre a designação de lugares vagos e a de matas mais ou menos divisadas pelos colonos, localizados pela proximidade de algum rio ou povoado

distante de determinada vila litorânea.

Não é de surpreender, portanto, que as nomeações dos sertões coloniais fossem tão variadas quanto a diversidade de matos contíguos às escassas povoações litorâneas que os portugueses custaram a desbravar. Frei Vicente do Salvador, franciscano que escreveu a primeira *História do Brasil* com este título, em 1627, queixava-se desta obsessão litorânea dos portugueses:

“Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos” (Frei Vicente 1975: 59).

Relevemos o exagero de frei Vicente que, estante no convento de Salvador na década de 1590, não poderia desconhecer a *entrada* chefiada por Gabriel Soares de Sousa, dono de terras e engenho na capitania que, por volta de 1591, adentrou os sertões baianos do rio Paraguaçu em busca de ouro, entre as várias ocorridas na mesma época. A expedição de Gabriel Soares se tornou célebre por ter sido ele o autor do precioso *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, eclipsando outras entradas nos sertões da Bahia. Exageros à parte, frei Vicente tocou em aspecto importante, ao se queixar da morosidade da expansão portuguesa para os sertões que, no final dos quinhentos, apenas começava.

Começava a expansão, porém, com alguma sistemática ou frequência, como pude constatar na pesquisa que realizei sobre um movimento indígena ocorrido na Bahia, na década de 1580, conhecido como *Santidade* (Vainfas 1986). Movimento que agregou índios fugitivos da escravidão litorânea ou dos aldeamentos jesuíticos, liderados aliás, por um nativo de nome Antônio, trãnsfuga do aldeamento da capitania de Ilhéus, ao sul da Bahia atual. Movimento formado por nativos do grupo *tupinambá*, responsável por diversos assaltos a engenhos e igrejas do recôncavo, incendiando alguns. Refugiavam-se os rebeldes nos sertões do rio Jaguaribe, sul do recôncavo baiano, onde erigiram uma *seita* que, embora renovasse crenças e ritos tradicionais, incorporou elementos do catolicismo que suas lideranças haviam aprendido com os jesuítas. O chefe rebelde, por exemplo, embora fosse considerado como encarnação de Tamandaré, ancestral-mor dos tupinambás, segundo a mitologia dos nativos, se autointitulava de “o verdadeiro papa” e nomeava seus principais guerreiros com nomes de santos, São Paulo, São Luiz, e havia mesmo um deles chamado *Santíssimo*. A principal de suas esposas, tomada

segundo as regras tupinambás, e não católicas, ostentava o pomposo nome de “Mãe de Deus”.

Não é o caso, aqui, de esmiuçar a fascinante história desse movimento que, afinal, acabou destroçado por expedição enviada pelo governador Manuel Teles Barreto, em 1585, largamente engrossada por tropas senhoriais. A *Santidade* indígena havia se tornado um flagelo para o ainda jovem sistema escravista da Bahia, na época baseado na escravidão indígena muito mais do que na africana (Schwartz 1988:58). O que interessa destacar, acerca desse episódio é justamente a composição das tropas senhoriais enviadas para atacar a Santidade em vários momentos até a sua derrocada final. Eram quase sempre chefiadas por um oficial português, mas compostas por “índios flecheiros” e mamelucos, isto é, mestiços de portugueses com índias.

Os assuntos relativos à *Santidade*, na década de 1580, foram registrados com a chegada do primeiro visitador do Santo Ofício às *partes do Brasil*. Tanto na Bahia como em Pernambuco ou Paraíba, o visitador inquisitorial ouviu denúncias ou confissões envolvendo os ditos mamelucos, desde a culpa de comer carne no sertão em dias defesos pela Igreja até praticar “gentilidades”, a exemplo de participar das danças indígenas, viver desnudos “ao modo gentílico”, guerrear ao lado dos nativos (em geral contra inimigos também nativos, por vezes contra os colonizadores) e, *last but not least*, participar de cerimônias antropofágicas.

Os processos inquisitoriais contra os mamelucos do Brasil, além de ricos sobre a identidade ambivalente desses homens meio-portugueses, meio-tupinambás, oferecem registros minuciosos sobre as diversas expedições enviadas aos sertões no primeiro século da colonização. Expedições não tão célebres como a de Gabriel Soares de Sousa, em 1591, porém mais documentadas sobre como eram feitas, quem delas participava, como viviam os expedicionários ao adentrarem os sertões, os nomes pelos quais tais lugares eram chamados e, afinal, como tais sertões eram pensados e definidos pelos agentes da colonização. Dezenas de mamelucos foram processados nesta visitação, de que dei conta no citado livro *A heresia dos índios*, dentre eles um certo Domingos Fernandes Nobre, d’alcunha Tomacaúna. Limite-me a citar este caso porque Tomacaúna foi um *sertanista* memorável, o que se pode constatar pelo extenso relato que fez ao visitador de sua carreira e porque foi ele o líder dos mamelucos enviados, em certa ocasião, para derrotar os nativos enfurnados no sertão de Jaguaripe. Possuía esposas à moda indígena em várias aldeias do interior, lutou em várias guerras, participara de inúmeras cerimônias tupinambás, embora fosse, também, por outro lado, em outras ocasiões, adjutor de capitães portugueses em entradas para diversos sertões.

Homem corpulento, riscado nas coxas, nádegas e braços por feitos de bravura entre os índios, Tomacaúna citou pelo menos cinco sertões em sua confissão de 1592: o sertão de Porto Seguro; o de Ilhéus; o de Jaguaripe, no recôncavo baiano; o de Pernambuco, na margem do São Francisco; o de Orobó ou Arabó, também pernambucano, ainda não desbravado em 1592 (Vainfas 1996: 143-146). Vale rascunhar um mapa com tais registros:

Sertões do norte na Confissão de Domingos Fernandes, o Tomacaúna, ao Visitador do Santo Ofício, em 11 de fevereiro de 1592

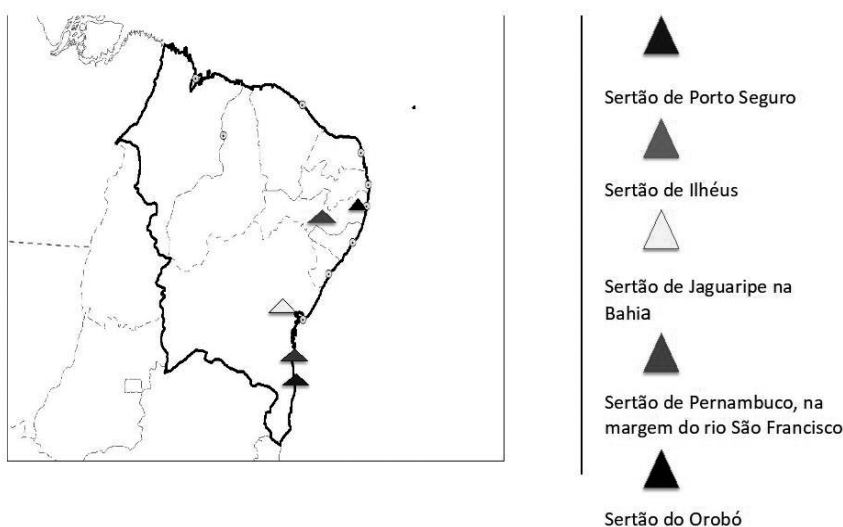


Fig. 4. Sertões do norte na Confissão de Domingos Fernandes, o Tomacaúna, ao visitador do Santo Ofício, em 11 de fevereiro de 1592.

A nomeação dos sertões coloniais no primeiro século, e ainda no decorrer do seguinte, exprimia o pragmatismo de uma expansão territorial vacilante, que apenas esboçava a interiorização.

Por outro lado, os sertões eram mais atraentes do que as terras “vastas e assustadoras” que o capuchinho Bernardo de Nantes descreveu no século XVII. Os sertões, em especial à medida em que eram geograficamente identificados, embora de modo impreciso, indicavam terras por desbravar e conquistar.

Antes de tudo porque os portugueses acreditaram, desde o século XVI, que poderiam encontrar minas de ouro ou repositório de pedras preciosas nos

sertões do Brasil, do mesmo modo que os castelhanos os haviam encontrado no interior do continente. Sérgio Buarque de Holanda, em seu *Visão do Paraíso*, menciona certo trecho de Pero de Magalhães Gandavo, autor de Tratado da Província de Santa Cruz “quando alude às novas levadas a Porto Seguro por certos índios, de muitas pedras verdes encontradas numa serra fermosa e resplandecente, muitas léguas terra dentro”. O historiador esmiúça esta imagem, relacionando-a a *Itaberaboçu*, no interior paulista, mais tarde chamada de *Sabaraboçu*. Nada menos do que a “serra resplandecente” de que falava Gandavo; nada menos do que o lugar sofregamente buscado pelo bandeirante Fernão Dias Paes, na segunda metade do século XVII, conhecido como o “caçador de esmeraldas” (Holanda 1977: 37). Fernão Dias, Antônio Raposo Tavares e muitos outros paulistas multiplicaram bandeiras para o sul e para oeste em busca de minas auríferas ou argentíferas, assim como Gabriel Soares de Sousa fizera, nos sertões baianos, na década de 1590.

Tais expedições se inspiravam, em parte, no imaginário contido na invenção literária dos “motivos edênicos” da expansão ibérica, nos quais a narrativa bíblica se mesclava com reminiscências clássicas: mito da idade de Ouro, do Jardim das Delícias, na geografia fantástica medieval, ainda forte nas representações cartográficas na época dos Descobrimentos. Em apoio a essa reflexão, vale citar o artigo clássico de Jacques Le Goff sobre a construção do imaginário medieval acerca do Oriente: um lugar de perigos e atrativos, monstros e riquezas (Le Goff 1993: 265). Um repositório de lendas que, segundo Sérgio Buarque, migraria lentamente, do Oriente para o Novo Mundo.

É certo que as narrativas castelhanas sempre foram mais fabulosas, se comparadas às portuguesas, bem como mais presentes nas expedições hispânicas. Prova-o a sôfrega busca do Eldorado nas expedições quincentistas de Francisco de Orellana e Pedro de Ursua, no século XVI, que, partindo do Peru, adentraram a floresta amazônica, cujo nome, aliás, deriva de outra lenda clássica: o mito das amazonas, mulheres guerreiras, que frei Gaspar de Carvajal, cronista de Orellana, julgou ver na ribeira do caudaloso rio explorado nos anos 1540.

As narrativas portuguesas pouco se apegaram a semelhante fabulário, em especial aos que associavam riqueza material com paraíso terreal. Não se encontra algo parecido, entre os portugueses, com a narrativa de Cristovão Colombo que, escrevendo das Antilhas, julgava-se próximo de alcançar o paraíso terrestre após atravessar uma “floresta espessa e divina”, parecendo inspirar-se na *Divina Comédia*, de Dante Alighieri; ou com *El paraíso en el Nuevo Mundo* (1656), de Antonio de León Pinelo, que vislumbrou indícios

do paraíso terreal na floresta amazônica. Os registros edenizadores dos portugueses foram escassos, mas não de todo ausentes. O jesuíta Simão de Vasconcelos, afirmou que o paraíso terreal se encontrava no Brasil (Vasconcelos 1977: 50), escrevendo nos seiscentos, e um certo Pedro de Rattes Henequim afirmou que o Éden ficava em Minas Gerais, sustentando esta e outras heresias diante do Santo Ofício de Lisboa, no século XVIII, o que o levaria à morte na fogueira (Gomes 1997: 121).

Em todo caso, os *sertões* brasílicos, embora pouco edenizados e muito temidos, sempre foram vistos como território de riquezas a descobrir. Sertões temidos. Por que? Antes de tudo porque eram desconhecidos, e nisto a expansão portuguesa pelas matas brasílicas reeditava a expansão por mares nunca dantes navegados, o medo do mar, de monstros marinhos, tempestades incontornáveis, como a do Cabo das Tormentas. Camões dramatizou este medo n'Os *Lusíadas*, evocando personagem da mitologia grega, Adamastor, gigante que provocava tormentas impedindo a ultrapassagem do famigerado cabo até o feito de Bartolomeu Dias, em 1488. Um adágio português o mesmo temor, de forma menos épica e com bom humor: “se queres aprender a rezar, arrisca-te no mar”. O medo do mar era, aliás, um poderoso sentimento coletivo dos europeus do século X, afirma Delumeau com boas provas, mas não há como negar – reconheça-se – que os portugueses eram os menos timoratos dentre eles, ao desbravarem os oceanos (Delumeau 1989: 41-52).

Em terra brasílica, porém, foram mais acanhados, como escreveu o já citado frei Vicente do Salvador, em 1627, que reprovou a negligência dos portugueses neste ponto. Juízo passível de restrição, a meu ver, pois antes de negligentes, os portugueses eram poucos, e haviam se espalhado pela Ásia, África e Brasil. Os castelhanos, por sua vez, eram muitos, e se logo adentraram o continente que lhes cabia, foi porque desde cedo tomaram conhecimento dos tesouros e minas nas montanhas do México e do Peru. Mas, voltando aos sertões brasílicos, não faltava motivo para os portugueses temerem aventurar-se nas matas tropicais. Bastaria percorrer a crônica do primeiro século, a correspondência jesuítica, os relatórios de entradas nos sertões. Era terra indômita, morada de feras e cobras de todo tipo e tamanho, boa parte peçonhenta, viveiro de insetos variegados, alguns também venenosos. Há farta notícia de exploradores que sucumbiram aos flagelos dos sertões. Além disso, neles se abrigavam grupos de índios chamados *hostis*, em geral associados aos *tapuias* – palavra tupi que não designa qualquer grupo etnológico senão os falantes de línguas não tupis. Em geral eram nômades, destros em guerrear nos matos, concentrados nas várias florestas por terem sido expulsos do litoral pela migração dos índios tupis, por volta do século

XV (Fausto 1992: 386). Na Bahia, o grande flagelo dos colonizadores eram os aimorés, várias vezes registrados na crônica e na correspondência dos governadores, obstáculo considerável para a expansão territorial portuguesa. Não por acaso, autoridades coloniais recorreram ao auxílio de grupos tupis para combater os aimorés, como fez o governador Diogo Botelho, que contratou os potiguares do Rio Grande para esta empreitada, sob o comando do chefe Zorobabé, nos primeiros anos do século XVII. Muito antes disso, Martim Afonso de Sousa valeu-se do auxílio dos tupiniquins, em São Vicente, para combater os guaianases.

Além da forte resistência dos *soi disant* tapuias, os sertões brasílicos foram, por assim dizer, repovoados por grupos tupis que fugiam da colonização portuguesa, sobretudo no meado dos quinhentos. Fugiam dos aldeamentos, fugiam do cativo, fugiam das epidemias, sobretudo delas, em especial a da varíola (Manchester 1980: 68-88). Basta lembrar a Santidade indígena, de que tratei acima, nos sertões de Jaguaripe, no recôncavo baiano, formada por grupos de origem tupi, ou da grande migração de tupinambás de Pernambuco para o Maranhão registrada pelos franceses, a exemplo de Claude d'Abbeville, no início do XVII (Abbeville 1874).

Se os portugueses desenvolveram as tecnologias necessárias para a expansão marítima, no caso das bandeiras ao sertão brasílico tiveram que se valer da tecnologia indígena. Quem o demonstra com brilho é outra vez Sérgio Buarque de Holanda, em *Caminhos e Fronteiras*, dedicado à expansão paulista nos séculos XVII e XVIII. O ensaio “Índios e mamelucos” nele contido, escrito nos anos 1940, mostra como e o por quê da supremacia tecnológica indígena ou mestiça neste processo. Eram eles que conheciam as trilhas na floresta; as circunstâncias em que os felinos atacavam; as ervas que se podia usar para neutralizar a peçonha de algumas cobras ou as infecções causadas pela picada de insetos; a melhor maneira de se conseguir alimento, quando os suprimentos escasseavam; as frutas que se podia comer, as que deviam ser evitadas; a maneira de se pescar no rio, com suas lanças de madeira. O arco e a flecha, em resumo, é um exemplo da melhor eficácia do *modus vivendi* indígena para lidar com os sertões. Sem eles – índios e flechas a seu favor - os portugueses não dariam um passo, e se o dessem, seriam tragados pelas matas (Holanda 1957: 16-179).

De sorte que os indígenas foram peça-chave, para não dizer protagonistas, em todas as expedições portuguesas aos sertões desde o século XVI. Neste ponto só foram superados pelos mamelucos, a um só tempo indígenas e portugueses, homens que conheciam as duas culturas, as duas línguas, os dois modos de pensar, o espaço do litoral e o do interior. Diria que a expansão

territorial portuguesa pelo interior foi, antes de tudo, obra dos mamelucos, e o caso de Tomacaúna, a que me referi anteriormente, sintetiza muitas trajetórias.

Mas o mesmo Tomacaúna, em sua carreira de sertanista, ilumina outro atrativo fundamental para a incursão nos sertões de norte a sul do Brasil. Refiro-me à escravização dos índios para os chamados *descimentos*, a saber, remessa deles para a economia colonial, sobretudo para as lavouras de cana e engenhos açucareiros. Os *paulistas* ficaram celebrizados por esta atividade, mas isto se deu em toda parte, com destaque para os mamelucos nas tratativas a este respeito. Como já mencionei, eles mantinham vínculos em várias aldeias indígenas, inclusive alianças matrimoniais, conheciam a língua e os costumes, sabiam como adquirir prisioneiros indígenas em troca de armas de ferro ou de fogo, cavalos e utensílios variados. A mão de obra indígena se transformou em um grande atrativo para as entradas e bandeiras dirigidas aos sertões, para além da busca de metais, incerta, e da aquisição de territórios – neste caso, mais uma consequência da expansão do que motivação dela.

Sertões coloniais entre periferias e fronteiras

Kalina Wanderley afirmou que não há um sertão, senão muitos sertões, com o que estou de acordo, ao esposar o modelo de Capistrano de Abreu para a história do Brasil Colonial. As ideias de Capistrano sobre os sertões praticamente reaparecem no texto final do seus *Capítulos*, quando afirma que, no final do século XVIII havia:

“cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português uma aversão ou desprezo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular – eis, em suma, ao que se reduziu a obra de três séculos” (Abreu 1976: 213)

Capistrano encerra seu livro condenando a colonização portuguesa por não ter promovido a unidade nacional. Se avançasse um pouco mais no tempo, contemplando as ações do período joanino, talvez mudasse de ideia. De todo modo, apostou na hipótese de que a história colonial do Brasil só poderia ser alcançada “por dentro”, isto é, pelos sertões, ao invés do litoral, e pelo

protagonismo dos brasileiros, e não dos portugueses, Capistrano reconstruiu um Brasil esgarçado cultural e territorialmente. Nisso reside o mérito e, ao mesmo tempo, a inconsistência de sua obra. A valorização histórica que fez dos sertões coloniais, diversos e plurais, tem grande valor, ainda que só esboçada. A preocupação com a nacionalidade ou a brasilidade, por outro lado, prejudica a interpretação de conjunto, embora se possa compreendê-la à luz do contexto da época, a passagem do Império para a República.

Do ponto de vista histórico e historiográfico, no entanto, penso que o melhor é relacionar os diversos sertões coloniais de Capistrano ao *hinterland*, para citar o artigo clássico de Russel-Wood sobre os centros e periferias no mundo luso-brasileiro. Em Russel Wood, também os conceitos de *centro* e *periferia* são concebidos no plural, pois ele considera a fluidez e a instabilidade de uns e outras no processo histórico. O centro de uma periferia podia funcionar, ao mesmo tempo, como periferia de algum outro centro. As periferias de algum centro podiam, do mesmo modo, centralizar outras periferias, desde a metrópole portuguesa aos *sertões* do Brasil profundo, sem falar nos *sertões* africanos e asiáticos (Russel-Wood 1998). Ampliam-se, a partir dessa chave, os horizontes de investigação, longe de nacionalismos ou regionalismos, muitas vezes disfarçados, os últimos, de *case studies*.

Estudar os sertões brasílicos no período colonial conduz, portanto, a refletir sobre o conceito de *fronteira*. O que nos leva ao primeiro capítulo de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque, “Fronteiras da Europa” (Holanda 1976). Neste caso, são os reinos ibéricos, periferia do Velho Mundo, que haveriam de ser as metrópoles ou *centros* da América do Sul no século XVI. Cerca de dez anos depois de *Raízes*, Sérgio Buarque escreveu o citado *Caminhos e Fronteiras* sobre a expansão paulista nos sertões do sul e do oeste, explorando o hibridismo cultural inerente ao movimento, entre portugalidades e tradições indígenas, que considera dominantes. Em *Raízes*, Portugal é fronteira da Europa, encabeça fronteiras litorâneas e molda a cultura brasileira. Em *Caminhos*, a fronteira paulista o é da fronteira litorânea, mas esta periferia impõe sua marca, sujeitando a portugalidade aos usos e costumes indígenas.

Autores clássicos à parte, nos últimos anos aumentou consideravelmente, em quantidade e qualidade, a pesquisa sobre a história dos vários sertões brasileiros, da qual o citado livro de Kalina Wanderley dá exemplo singular. Para o pesquisador interessado em se aventurar pelos sertões coloniais vale indicar a edição especial publicada em *The Americas*, “Rethinking Bandeirismo in Colonial Brazil”, em particular o balanço realizado por Russel-Wood, *New Directions in Bandeirantismo Studies in Colonial Brazil* (2005: 353-371).

O incremento das pesquisas vem, certamente, acompanhado de aprofundamentos conceituais. Neste sentido, conceitos como *frontier* ou *wilderness* que, de vários modos, influenciaram a historiografia brasileira, têm sido abandonados. O primeiro fora celebrado no livro *The significance of Frontier in American History* (1893) de Frederick Jackson Turner, abandonado pelo seu comprometimento ideológico com a doutrina do *Destino Manifesto*, plena de preconceitos raciais. Também entre os brasileiros houve quem propusesse o contraste entre o significado da fronteira norteamericana e a brasileira, como Viana Moog, em *Bandeirantes e Pioneiros* (1955). O mesmo valeria para *wilderness*, espécie de terra selvagem, de *no men's land*, igualmente detratada, por omissão ou preconceito, dos povos nativos que habitavam o interior das terras conquistadas pelos europeus.

Em contraposição, conceitos como *borderlands* ou *hinterlands* ganham operacionalidade, revitalizando-se. O conceito de *bordeland*, significando a um só tempo um lugar e uma metodologia, creio que se aplicaria pouco à realidade histórica dos sertões coloniais, pois implica disputa por territórios entre entidades politicamente estruturadas, como sugere Kathleen Duval: “as a methodology, *borderlands* studies question what happens when distinct societies rub against each other or contest lands in between” (Oxford Bibliography: Atlantic History – Borderlands, 2018). Na realidade é conceito tradicional da história diplomática ou militar, na qual fronteira é região limítrofe entre países ou impérios. Na história lusobrasileira valeria, quiçá, para as terras em disputa entre Portugal e Espanha no século XVIII, como as da região platina ou da amazônica.

O clássico conceito de *hinterland*, que se traduz em português como interior, me parece mais operativo. Susanne Lechenicht busca valorizá-lo por meio de questionamento interessante:

“hinterlands are more often than not understood as tributary regions, the *backcountry* or *Umland* (“land around”) of a port, town or city, or the *periphery* of a larger region. However, hinterland – or *backcountry* as an alternative term is a relational concept: hinterland (or *backcountry*) from whose perspective, for whom and whose activities?” (Lachennicht 2018).

No entanto, convenhamos, esta dimensão relacional de *hinterland* já havia sido farta e brilhantemente problematizada por Russell-Wood em artigo de 1998.

De maneira que, aos jovens pesquisadores, recomendo a leitura de

textos conceituais, como os acima citados, alertando, porém, para o caráter “novidadeiro” de diversas teorizações, nada mais do que reiteraões, com outras palavras, de questões levantadas faz tempo por outros historiadores. É um pecado de nossa disciplina, mas vamos em frente.

A melhor inspiração reside nas pesquisas com base empírica, ancorada em documentação primária, nas quais o referencial teórico-metodológico funciona como coordenada, não como um fim em si mesmo. Assim, grande peso deve ser dado ao aspecto regional e cronológico. Os sertões coloniais nunca foram estáticos, como é óbvio. Com exceção da estreita faixa litorânea mal ocupada pelos portugueses no século XVI, todo o restante do Brasil era um grande sertão. O que não impediu, porém, que um mameluco baiano, d’alcunha Tomacaúna, nomeasse diversos *sertões* em sua confissão ao Santo português em 1592, como vimos acima. Sertões ao sul ou centro-oeste, como os desbravados pelos paulistas, que resultaram na descoberta de minas auríferas nas Gerais. Sertões no extremo-norte, terra de coleta de “drogas” com base no trabalho indígena, atividade combatida sem tréguas por Antônio Vieira no meado do XVII, e descrita em pormenores pelo seu colega Andreoni, em *Grandeza e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*, bem como pelo também inaciano João Daniel, já nos meados do XVIII, em *Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas*. Sertões variados no tempo e no espaço.

A história colonial dos sertões brásílicos implica, portanto, como toda a história, o estudo de particularidades, não de modelos ideológicos ou de ficções literárias. Tampouco deve implicar um laboratório de paradigmas teóricos, exceto se consideramos a disciplina como proponente de um conhecimento abstrato.

Bibliografia

- ABBEVILLE, Claude (1874). *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão*. São Luiz: Typografia de Frias.
- ABREU, J. Capistrano (1976). *Capítulos de história colonial*. 6ª.edição. Rio de Janeiro: José Olympio.
- ALBUQUERQUE, Durval Muniz (2009). *A invenção do nordeste e outras artes*. 5ª.edição. São Paulo: Cortez.
- BLUTEAU, Raphael (1728). *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: Colégio das Artes, 8 volumes.
- BOXER, Charles (1969). *O império colonial português (1415-1815)*. Lisboa: Edições 1970.

- CUNHA, Euclides de (1987). *Os sertões*. 33ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente, 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras.
- DUVAL, Kathleen (2017). "Borderlands", in *Oxford Bibliography: Atlantic History – Borderlands*,
<https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780199730414/obo-9780199730414-0010.xml>
- FAUSTO, Carlos (1992). "Fragmentos da história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico do conhecimento etnohistórico", in CUNHA, Manuela Carneiro da (ed.), *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- FRANCO Jr, Hilário (1998). *Concanha: história de um país imaginário*. São Paulo: Companhia das Letras 1999.
- SALVADOR, Frei Vicente do (1975). *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Melhoramentos/MEC.
- FREYRE, Gilberto (1989). *Nordeste. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil*. 6ª.edição. Rio de Janeiro: Record.
- GOMES, Plínio (1997). *Um herege vai ao paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GONTIJO, Rebeca (2013). *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, memória, historiografia e escrita de si*. Rio de Janeiro, Sete Letras.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1957). *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1976). *Raízes do Brasil*. 9a.ed., Rio de Janeiro: José Olympio.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1977). *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- LACHENICHT, Susanne (2018). "Hinterlands", in *Atlantic World, Oxford Bibliography: Atlantic History - Borderlands*.
<https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780199730414/obo-9780199730414-0290.xml>
- LAMBERT, Jacques (1962). *Os dois Brasis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- LEAL, Vitor Nunes (1948). *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Forense.
- LE GOFF, Jacques (1993). "O ocidente medieval e o oceano índico: um horizonte onírico", in *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Estampa.
- MANCHESTER, Alexander (1980). *Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*. 2ª. edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- MELLO, Evaldo Cabral de Mello. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 2a. edição revista e aumentada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
- QUEIROZ, Raquel (1982). *O quinze*. 28ª Edição. Rio de Janeiro: José Olympio.
- RAMOS, Graciliano (2003). *Vidas secas*. 89ª.edição. Rio de Janeiro: José Olympio.

- RUSSEL-WOOD, John (1998). “Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1800”, *Revista Brasileira de História*, 36.
- [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid= S0102-01881998000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010)
/consultado em 2118 25-11)
- RUSSEL-WOOD, John. (2005). “New Directions in Bandeirantismo Studies in Colonial Brazil”, *The Americas: A Quarterly Review of Latin American History*, 61, 3: 353-371.
- SCHWARTZ, Stuart (1988). *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SILVA, António de Moraes (1789). *Diccionario da língua portugueza*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 2 vols.
- VAINFAS, Ronaldo (1813). *A heresia dos índios*. São Paulo: Companhia das Letras.
- VAINFAS, Ronaldo (2017). “Tempo dos Filipes”, *Revista Maracanan*, 16.
- [https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/ 27118](https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/27118) consulta do em 2018.25.17)
- VARNHAGEN, Francisco Adolpho de (1981). *História Geral do Brasil*. 10ª. edição. Belo Horizonte, Itatiaia, 3 vols.
- VASCONCELOS, Padre Simão de (1977). *Crônica da Companhia de Jesus*. Petrópolis: Vozes.
- WANDERLEY, Kalina (2010). *Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco.